

5 Considerações Finais

Estamos finalizando essa Tese de Doutorado, apontando alguns questionamentos e também fazendo um balanço do estudo realizado, pois depois de analisarmos diversos documentos e relacioná-los com o contexto mais amplo ao qual o Brasil passava no período de nosso estudo, podemos compreender com mais clareza a lugar do INEP frente às políticas públicas para a educação no período de 1968 a 1970.

Esse período pode ser compreendido como um momento de transição no INEP, onde as políticas para a educação do Governo Militar começavam a ganhar corpo e a instituição tentava manter-se nessa estrutura.

Sob o ponto de vista do ciclo de políticas (BALL apud MAINARDES, 2006; 2009), podemos dizer que esse período correspondia ao momento em que estava se consolidando a *Política Oficial* do governo militar para a educação. Podemos perceber, através da análise da OP, as consolidações e dissoluções, as propostas e os desvios em termos de formulação política que atravessaram os planos, programas e ações políticas que são implantados. Dessa forma, ao mapearmos os embates de forças entre o INEP e o IPEA, essa *Política Oficial* aparece em sua dimensão concreta, através da análise das práticas dos agentes, bem como dos fundamentos empíricos das ações empreendidas pelas instituições/estruturas sociais implicadas na práxis política.

A ênfase no caráter técnico (pretensamente neutro) e no planejamento educacional dava os primeiros sinais de que se tornaria a política governamental hegemônica. Os anos de 1968 e 1969 são considerados exemplares no endurecimento da política repressora e na supressão dos direitos civis. Na área educacional, um novo paradigma ganhava força com o Programa Estratégico de Desenvolvimento em todos os níveis educacionais. Segundo Saviani (2008):

Completando esse processo, foi aprovada, em 11 de agosto de 1971, a Lei n. 5.692/71, que unificou o antigo primário com o antigo ginásio, criando o curso de 1º grau de 8 anos e instituiu a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau, visando atender à formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho. Esse legado do regime militar consubstanciou-se na institucionalização da visão produtivista de educação (p.298).

Entender o funcionamento do INEP nesse período de transição se torna importante e necessário para a compreensão de como essa instituição se inseria no

contexto político e econômico mais amplo. Além disso, podemos perceber que o INEP perde o protagonismo na formulação de políticas educacionais, passando a ser um executor de projetos desenvolvidos pela área econômica. Novos conceitos, novos métodos de trabalho e, principalmente, novos paradigmas circulavam no interior do INEP e conviviam com pressupostos que faziam parte do cotidiano da instituição (e que tinham origem no estilo de gestão que Anísio Teixeira imprimiu).

É possível afirmar que a atuação do INEP nesse período tinha um caráter híbrido, mantendo uma cultura de trabalho cunhada na pesquisa educacional aplicada, ou seja, a atuação do INEP ainda continuava se baseando no experimentalismo pedagógico dos anos de 1950/1960, na busca da melhoria do sistema educacional brasileiro. Essa cultura de trabalho teve origem na gestão de Anísio Teixeira frente ao órgão, entre os anos de 1955 e 1964, e, de certa maneira, se manteve na atuação do órgão, ao longo desses anos de transição. Por outro lado, as formulações oriundas das áreas de planejamento econômico ganhavam cada vez mais força com a adoção de novos padrões de análise da realidade educacional brasileira.

Através da análise da OP, em que INEP e IPEA participavam como os principais executores do projeto, é possível afirmar que o papel do INEP, nesse contexto, foi de extrema importância, pois apesar da política educacional apontar para uma expansão escolar baseada em critérios economicistas e de racionalidade técnica, o INEP buscava estratégias de assegurar a qualidade desse processo. Suas ações estavam voltadas para os aspectos qualitativos da execução da OP, sobretudo nas questões relativas à reformulação dos currículos e programas, dos critérios de promoção e avaliação.

É clara a dicotomia de pensamento entre INEP e IPEA, sobretudo nas questões relativas ao planejamento educacional. Para o INEP, o planejamento era uma ferramenta importante e estava calcada nos pressupostos da pesquisa educacional e do experimentalismo pedagógico, mas não rejeitando os aspectos quantitativos. Assim, o planejamento educacional estava baseado em critérios quantitativos e qualitativos. Em outras palavras: a pesquisa como apoio fundamental para o planejamento, pois esta propiciaria conhecer a realidade educacional e, através da experimentação, poderiam ser testadas e avaliadas as medidas propostas, para que depois pudessem ser generalizadas.

Essa dimensão qualitativa estava ausente da concepção de planejamento educacional do IPEA. Fica claro que a noção de planejamento apresentada pelo

IPEA caminhava muito mais para a planificação educacional, pois considerar exclusivamente as necessidades e estimativas quantificáveis leva a olhar a realidade educacional de modo limitado, pensando apenas nas possibilidades matemáticas de estimar os problemas e propor metas para solucioná-las.

É interessante pensar num projeto gestado no interior do Ministério do Planejamento e da Educação, que tivesse como executores principais duas instituições que não partilhavam da mesma noção de planejamento. Essa dualidade de pensamento foi particularmente importante em nosso estudo, pois nos possibilitou compreender como um projeto inserido no PED foi executado de fato.

Além disso, é necessário destacar o papel precursor da OP frente à política educacional brasileira, pois foi através desse projeto que as condições objetivas para a Reforma do Ensino foram lançadas. O PED (através da OP) previa uma mudança não só no acesso à escola com a expansão da matrícula para o cumprimento da obrigatoriedade legal prevista em lei. Uma reformulação maior estava sendo gestada nesse período e necessitava da criação de condições mínimas para que a mudança mais radical se concretizasse, consubstanciada no âmbito do que hoje chamamos de educação básica com a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus e, no ensino superior com a Reforma Universitária de 1968.

É evidente a antecipação de alguns pontos da Reforma de 1º e 2º graus referentes principalmente aos programas e currículos, que estavam ligados diretamente à meta da reformulação do ensino primário.

Dessa maneira, podemos afirmar que o INEP nesse período também passava por um processo de transição, porém sua cultura de trabalho baseada nas pesquisas educacionais e no experimentalismo pedagógico estava se mantendo. A análise das ações do INEP no projeto da OP corrobora com essa ideia.

Essa evidência torna-se clara a partir análise dos documentos produzidos pelo INEP e pelo IPEA. O primeiro, mesmo respondendo a uma demanda econômica que buscava maior produtividade do sistema educacional brasileiro, além do cumprimento de uma medida legal, buscava estratégias para que seu trabalho não fosse meramente técnico de execução das determinações do IPEA e do Ministério do Planejamento. Buscava também inserir elementos de análise qualitativa nessa execução. Enquanto isso, o IPEA, através do Setor de Educação e Mão de Obra, tinha todo seu trabalho baseado nos levantamentos de dados estatísticos, construídos com o objeto de que mostrassem uma visão da situação

da educação primária brasileira, para que se pudesse cumprir uma determinação legal da obrigatoriedade escolar através da expansão do número de matrículas e da capacidade de absorção dos alunos em idade escolar por essas redes.

Em relação à OP, podemos verificar que havia uma relação de interdependência entre as ações do INEP e do IPEA, pois o principal objetivo era o cumprimento da obrigatoriedade escolar de crianças de sete a quatorze anos. Cada uma das instituições, inseridas no contexto da administração pública do Estado Brasileiro, buscava através da execução da OP estratégias que pudessem dar maior protagonismo a cada um dos órgãos frente ao modelo educacional que estava sendo implantado. As estratégias estavam baseadas na busca da hegemonia de cada órgão frente à formulação e execução das políticas educacionais, mas também a maneira como cada órgão buscava imprimir sua filosofia de trabalho nas ações empreendidas.

Ao analisarmos o relatório preliminar, assinado pelo MEC/CBPE/INEP, intitulado “Melhoria da Produtividade do Ensino Fundamental”, podemos compreender o olhar do INEP sobre as questões relativas à implementação da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus. Nesse documento, o INEP/MEC faz uma análise da Reforma e aponta as principais medidas que não surtiram o efeito esperado. Sobre o rendimento escolar, o relatório aponta para a falta de recursos didáticos adequados fizeram com que os alunos não obtivessem o rendimento esperado. Além disso, as medidas relativas ao professorado – ação de orientadores e cursos de aperfeiçoamento - não estavam obtendo a eficácia pretendida.

Essa ineficácia é atribuída pela instituição aos professores, pois

(...) As noções de recuperação e de atendimento às diferenças individuais, cujo tratamento na Lei 5692 constitui um dos pontos altos da Reforma do ensino de 1º grau, não foram devidamente assimiladas pelos professores, orientadores e, mesmo, administradores, havendo por isso, em muitos casos, uma orientação da recuperação que não explora devidamente suas potencialidades (MEC – INEP – CBPE, 1975, p. 01).

A responsabilização do professor pelo fracasso da Reforma nos indica uma questão: se os professores eram os verdadeiros agentes da Reforma, pois seria através de seu trabalho pedagógico que os programas escolares seriam modificados de fato, porque os professores não eram o foco principal da OP?

Para dar resposta a essa questão, fazemos duas inferências: a primeira delas se refere ao caráter racionalizante da OP e, conseqüentemente da Reforma. O contexto no qual a OP e a Reforma estão inseridas estava relacionado

diretamente a uma mudança de paradigma no âmbito do planejamento educacional. A planificação educacional e suas ações diretas formuladas nos setores econômicos da administração pública levavam em conta apenas os aspectos quantificáveis desse processo. O cumprimento de metas estabelecidas e a melhoria dos índices quantitativos eram a tônica do contexto.

Além disso, não podemos esquecer que o INEP travava um embate de forças com o IPEA pela hegemonia das formulações educacionais, mas, já sofrendo uma desarticulação (por conta da desativação do CBPE e dos Centros), essa instituição não intervinha tão diretamente nessas formulações.

Outros temas poderiam ter sido abordados, outros caminhos poderiam ter sido seguidos... porém, nosso estudo buscou através da compreensão da posição do INEP frente a política educacional mais ampla, contribuir com a História da Educação no entendimento de um período pouco estudado e, principalmente de um projeto quase esquecido, mas que cumpriu seu papel ao fornecer as condições objetivas para a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus. As principais dificuldades encontradas ao longo do estudo foram:

- a) a dificuldade de localizar documentos relativos a essa temática, devido ao pouco interesse da história da educação por esse período, sobretudo a esse projeto;
- b) a documentação lacunar e de difícil acesso, devido ao arquivo pessoal de Lúcia Marques Pinheiro não ser organizado.

Porém, outras análises e interpretações podem ser feitas sobre o mesmo objeto, assim como outras visões podem refutar o que foi dito. Outras análises serão feitas e outros objetos de estudo surgirão diante de tão importante período de nossa história. Além disso, este estudo é uma pequena contribuição ao campo da história da educação que não se pretende definitiva acerca deste tema, mas sim um estudo que esperamos, seja frutífero no sentido de lançar novas luzes à política educacional no Governo Militar.

Para finalizar, gostaria de lembrar que essa tese de doutorado não pretende findar-se em si mesma, nem tampouco formar um pensamento cristalizado sobre a política educacional de um período. Outras análises e interpretações serão feitas sobre o mesmo objeto, assim como outras visões podem refutar o que foi dito o que ressalta o caráter de provisoriedade do conhecimento acumulado nas Ciências Humanas.